

ESTRUTURAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO-RESIDENCIAL NA CIDADE MÉDIA DE MOSSORÓ/RN: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PROVISÃO HABITACIONAL DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Lucas Silva Siqueira¹

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar o processo de estruturação e reestruturação do espaço urbano-residencial na cidade média de Mossoró-RN, por meio de políticas habitacionais, no período de 2009 a 2020, analisando seus efeitos sobre o acesso da população aos espaços urbanos e aos equipamentos de uso coletivo. Nesse contexto, o trabalho concentra-se nas discussões sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), instituído em 2009 durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. A partir da análise realizada, constata-se que o PMCMV desempenha papel fundamental na promoção de moradias em Mossoró. Contudo, para garantir um acesso mais equitativo aos espaços urbanos e enfrentar o déficit habitacional entre os segmentos mais vulneráveis da população, evidencia-se a necessidade de revisar os critérios de operacionalização do programa.

Palavras-chave: Estruturação e reestruturação do espaço urbano-residencial, Uso e ocupação do solo urbano, Mercado imobiliário, Segregação socioespacial, Mossoró.

ABSTRACT

This study aims to investigate the process of structuring and restructuring the urban-residential space in the medium-sized city of Mossoró-RN through housing policies, during the period from 2009 to 2020, analyzing their effects on the population's access to urban spaces and public facilities. In this context, the study focuses on discussions regarding the "Minha Casa Minha Vida" Program (PMCMV), established in 2009 during the government of President Luís Inácio Lula da Silva. Based on the analysis carried out, it is evident that the PMCMV plays a fundamental role in promoting housing in Mossoró. However, in order to ensure more equitable access to urban spaces and address the housing deficit among the most vulnerable segments of the population, the need to revise the program's operational criteria is highlighted.

Keywords: Structuring and restructuring of urban-residential space, Urban land use and occupation, Real estate market, Socio-spatial segregation, Mossoró.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, l.siqueira97@gmail.com



INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, as relações de conflito intensificam-se no ambiente urbano. Sob essa perspectiva, a cidade, vista como um espaço de trocas, de excedentes, passa a ser apropriada pelo capital como uma mercadoria em si mesma. A classe trabalhadora, incluindo trabalhadores informais e domésticos, busca habitação e serviços públicos mais acessíveis e de melhor qualidade. No entanto, as políticas e programas habitacionais outrora voltados para a classe trabalhadora passam por uma redefinição de suas demandas, sendo segmentadas a partir de níveis de renda (MARICATO, 2015).

Nesse âmbito, em 2009, a promoção do acesso à moradia digna no Brasil foi estabelecida, inicialmente, como o objetivo central do Governo Federal ao lançar o principal programa habitacional do período pós-BNH. No segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi oficialmente criado em 25 de março de 2009 através da Medida Provisória nº 459, posteriormente transformada na Lei nº 11.977, datada de 7 de julho de 2009. Posto isso, a lei em questão visa à "finalidade de criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais" (BRASIL, 2009).

Diante desse contexto, o presente trabalho busca aprofundar as discussões acerca do processo de estruturação e reestruturação do espaço urbano-residencial na cidade média de Mossoró-RN, a partir da provisão habitacional do PMCMV, durante o recorte temporal de 2009 a 2020, correspondente ao período anterior à pandemia da Covid-19.

No intuito de refletirmos sobre os impactos oriundos da implementação do PMCMV numa cidade média do Nordeste do Brasil, buscamos analisar a estruturação e reestruturação do espaço urbano-residencial a partir das práticas que influem no movimento de segmentação socioespacial. Deste modo, ponderamos que, além da estruturação e reestruturação espacial, as reflexões sobre a complexidade conceitual e simbólica relacionada à diferenciação e a segregação socioespacial como processos fundamentais para as reflexões que orientam esta pesquisa. Tal abordagem visa compreender nosso objeto de análise a partir das dinâmicas espaciais reproduzidas na cidade contemporânea.



METODOLOGIA

Para a condução deste estudo, desenvolvemos os procedimentos de coleta, produção, organização e comparação metodológica, iniciando com a realização de levantamento bibliográfico e documental, no intuito de aprofundar o debate acerca dos temas e conceitos pertinentes ao trabalho. Posto isso, foi efetuada a catalogação de artigos científicos, dissertações, teses, livros e relatórios oficiais disponibilizados por instituições de pesquisa.

Posteriormente, elaboramos o levantamento de dados secundários (estatísticos), com o objetivo de investigar o uso e ocupação do solo urbano e as condições infraestruturais das áreas analisadas. Assim, partimos para a interpretação do banco de dados mediante a construção de tabelas, organizando o banco de dados em variáveis via construção de planilhas no Microsoft Excel. Por fim, buscamos integrar os dados levantados e o referencial teórico que fundamentou a pesquisa, analisando as diferentes localizações e inserções socioespaciais dos empreendimentos residenciais do PMCMV em Mossoró.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao apresentar condições que se diferenciam de acordo com a divisão social dos homens, manifestam-se os conflitos e desequilíbrios sociais. Com isso, a ideia de uma cidade vista em fragmentos passa a ser incorporada pelos agentes produtores do espaço urbano. Destarte, tornase válida a reflexão acerca da importância que o espaço urbano desempenha no processo de reprodução e qualidade de vida, bem como nas condições essenciais para se viver, as quais passam a incidir, consequentemente, na estruturação social da cidade (CARLOS, 2007; CORRÊA, 2007).

A relegação do direito à cidade e à moradia, em detrimento dos ditames do mercado imobiliário, implica compreender que a disseminação da propriedade privada, a subdivisão do espaço urbano em porções privadas comercializadas, compradas ou alugadas como mercadorias, o aprofundamento das disparidades socioespaciais e a disseminação da sensação de insegurança e medo no espaço urbano têm contribuído para ampliar o abismo das diferenças sociais, com esse fenômeno passando a influi**r** na intensificação do processo de segregação socioespacial (SPOSITO, 2016).



As influências atuantes no processo de produção do espaço urbano são intrincadas em suas inter-relações. Na contemporaneidade, podemos observar que essas atividades ocorrem de maneira cada vez mais complexa. A interação entre construtoras, imobiliárias, agentes financeiros, proprietários de terras e o Estado atingiu um nível de sofisticação tal que é operacionalizado por inúmeras especificações. As operações em questão são fragmentadas com tanta astúcia que conseguem dissimular funções, ações e responsabilidades sociais relacionadas à produção do espaço urbano.

Acerca dessa dinâmica, Menezes (2016) evidencia a racionalidade de reprodução do capital vigente na esfera da produção imobiliária, característica presente no avanço por novas frentes de apropriação territorial, ainda que tal lógica ocorra concatenada a um programa de habitação de interesse social. Segundo a autora, é na diferenciação espacial que a produção do espaço construído guarda fundamentação.

Em Mossoró, observou-se que políticas urbanas e o mercado imobiliário contribuíram, em certa medida, para que as habitações de interesse social fossem relegadas a espaços de baixa valorização na cidade, evitados pelos estratos médios e de alta renda. Isso influenciou a divisão social do espaço, influindo na segmentação da cidade e no processo de expansão periférica. Essas dinâmicas levaram as camadas mais socioeconomicamente vulneráveis a serem inseridas em setores da cidade completamente distantes das áreas centrais e dos bairros com infraestrutura urbana, resultando em diferentes vetores de expansão territorial (SIQUEIRA, 2023).

Em vista disso, constatamos que, a partir do início da atuação do PMCMV em Mossoró em 2009 até o ano de 2020, das quatro faixas de renda até então atendidas por essa política habitacional, os segmentos 2 e 3, que contemplavam os públicos que apresentavam os mais altos rendimentos mensais, partilhavam de uma característica em comum: ambos possuíam seus condomínios inseridos, predominantemente, próximos a vias de ligação aos bairros da porção central da cidade, além de se conectarem aos acessos que ligam às rodovias de acesso à saída do município. Esses fatores locacionais possibilitam aos moradores dos empreendimentos em questão uma significativa facilidade de acesso aos equipamentos e serviços de uso coletivo. Entretanto, os empreendimentos residenciais destinados ao público de baixa renda (faixa 1) e às famílias enquadradas na faixa 1,5 encontram-se localizados em áreas majoritariamente periféricas, desprovidas de infraestrutura urbana, com, em alguns casos, imóveis inseridos fora do perímetro urbano.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cerca de três anos após o lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida, foram entregues, em janeiro de 2012, as 802 moradias do primeiro empreendimento destinado à faixa de renda 1 em Mossoró: o Residencial Monsenhor Américo Simonetti, composto por dois módulos (SOUSA, 2010; OLIVEIRA, 2013). Situado em área integrada à malha urbana do município, o conjunto encontra-se nas proximidades do Conjunto Abolição — projeto construído em quatro etapas pela COHAB/RN. Devido a essa localização, o Residencial Monsenhor Américo Simonetti passou a ser popularmente conhecido entre os moradores como Abolição V, sendo reconhecido como o primeiro conjunto habitacional do PMCMV voltado à população de baixa renda (MEDEIROS; CHAVES; FREITAS, 2022; SIQUEIRA, 2023).

De modo semelhante ao Residencial Monsenhor Américo Simonetti, o Residencial Santa Júlia (Figura 1) — composto por 376 moradias e também destinado à faixa de renda 1 do PMCMV — foi implantado em uma área próxima aos antigos conjuntos habitacionais construídos pela COHAB/RN. Essa disposição espacial, nas imediações dos Conjuntos Abolição e Santa Delmira, contribuiu não apenas para a ampliação da infraestrutura local, mas também para o acesso dos moradores a determinados serviços urbanos (MEDEIROS; CHAVES; FREITAS, 2022). Considerando a centralidade adquirida pelos conjuntos da COHAB no contexto urbano de Mossoró, observa-se que tanto o Residencial Monsenhor Américo Simonetti quanto o Santa Júlia se inserem em zonas periurbanas da porção oeste da cidade, localizadas entre bairros já consolidados (SILVA, 2020; FREITAS et al., 2022).



Figura 1 – Residencial Santa Júlia

Fonte: G1 RN, 2014.



Em 2016, foi concluída a entrega das 410 moradias do Residencial Jardim das Palmeiras, situado no Bairro Dom Jaime Câmara, um ano após a inauguração do Residencial Santa Júlia. O conjunto foi criado para abrigar famílias removidas da antiga favela do Tranquilim e ergueu-se em terreno cedido pela Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA). Apesar da relevância social do empreendimento, sua implantação ocorreu em uma área pouco integrada ao tecido urbano, onde a carência de infraestrutura e de equipamentos públicos é evidente.

Situação semelhante é observada em outros dois empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida localizados no Bairro Presidente Costa e Silva: os residenciais Maria Odete de Góis Rosado (Figura 2) e João Newton Escóssia, compostos por 844 e 410 unidades, respectivamente. Ambos, assim como o Jardim das Palmeiras, destinam-se à população de menor renda e foram construídos em áreas afastadas dos principais serviços urbanos. Além disso, compartilham uma particularidade que evidencia os limites da expansão habitacional na cidade: parte de suas moradias encontra-se dentro do perímetro rural de Mossoró (FREITAS et al., 2022; MEDEIROS; CHAVES; FREITAS, 2022; SIQUEIRA, 2023).

Figura 2 – Residencial Maria Odete de Góis Rosado

Fonte: Amorin, 2019.



No conjunto de empreendimentos habitacionais destinados à faixa de renda 1 do PMCMV em Mossoró, o Residencial Mossoró destaca-se por adotar uma tipologia diferenciada em relação aos projetos anteriormente analisados neste estudo, sendo composto por blocos de apartamentos divididos em cinco módulos. Localizado no Bairro Bela Vista, uma área recente e ainda pouco consolidada urbanisticamente, o conjunto enfrenta desafios significativos relacionados à infraestrutura e à oferta de equipamentos de consumo coletivo em seu entorno (BESERRA, 2017). Em estudo de Teixeira, Pereira e Silva (2022), observa-se que os moradores do primeiro módulo do Residencial Mossoró, assim como os residentes de outros cinco conjuntos do PMCMV voltados à faixa 1 — Monsenhor Américo Simonetti, Santa Júlia, Jardim das Palmeiras, Maria Odete de Góis Rosado e João Newton Escóssia — percorrem, em média, 6,5 quilômetros até o centro principal da cidade, evidenciando o caráter periférico desses empreendimentos.



Figura 3 – Residencial Mossoró: registro do entorno

Fonte: Amorin, 2019.

Em Mossoró, entre as quatro faixas do PMCMV, a de renda 1 foi a que recebeu o maior número de unidades habitacionais, totalizando 4.428. Desse montante, 66,2% correspondem à tipologia horizontal, composta por casas, enquanto os 33,8% restantes referem-se a edificações verticais em blocos de apartamentos. Já a faixa de renda 1,5, intermediária entre as faixas 1 e 2, foi contemplada com apenas 183 unidades, o menor número entre todas as categorias atendidas pelo programa no município. O reduzido volume de operações nessa faixa decorre,



sobretudo, do curto período em que esteve vigente: criada em 2016, permaneceu ativa por apenas cinco anos, sete a menos que as demais.

Na faixa de renda 1,5 do PMCMV em Mossoró, foram aprovados dois empreendimentos habitacionais: o Residencial Village do Oeste e o Residencial Arizona. Ambos se localizam em áreas periurbanas, situadas ao sul e ao norte do centro principal, respectivamente. De acordo com informações da Prefeitura de Mossoró, o Residencial Village do Oeste está localizado no Bairro Alto do Sumaré e foi implantado em uma área em processo de expansão residencial. O empreendimento conta com 152 casas, piscina e portaria. O Residencial Arizona, por sua vez, é composto por 31 unidades habitacionais situadas no Bairro Barrocas, na zona norte da cidade. Em comparação ao Village do Oeste, o Arizona encontra-se mais próximo aos limites do perímetro urbano e apresenta menor oferta de equipamentos de uso coletivo. Apesar disso, sua localização próxima à Avenida Rio Branco, uma das principais vias de circulação de Mossoró, proporciona aos moradores um acesso mais facilitado ao centro urbano. Considerando a distância em relação ao centro principal, ambos os empreendimentos da faixa 1,5 estão situados a aproximadamente 4,2 quilômetros.

Enquanto os empreendimentos destinados às faixas 1 e 1,5 do PMCMV estão localizados próximos às margens da cidade e, em alguns casos, desconectados da malha urbana, os imóveis construídos para a faixa 2 estão predominantemente assentados em áreas de urbanização consolidada e com fácil acesso a equipamentos de uso coletivo. Embora a faixa 2 tenha recebido 1.993 unidades habitacionais — cerca de 2.435 a menos que a faixa 1 — ela foi contemplada com o maior número de projetos aprovados em Mossoró, totalizando 24.

Dos 1.993 imóveis produzidos para o terceiro segmento de renda, 36,6% correspondem a casas, totalizando 729 unidades. Em Mossoró, embora a diferença entre os tipos de projeto aprovados para a faixa 2 do PMCMV tenha sido pequena, com 10 voltados a residenciais horizontais e 14 destinados a edifícios de apartamentos, essa distinção torna-se mais expressiva ao se observar a distribuição final das unidades. A tipologia vertical abrange 63,4% dos imóveis direcionados à faixa de renda 2, o que representa 1.264 apartamentos produzidos.

Um exemplo desse modelo construtivo é o Residencial Celina Guimarães (Figura 4), formado por dois módulos com 96 apartamentos cada, cujos moradores dispõem de elevador, piscina infantil e adulta, academia, salão de festas e playground (BESERRA, 2017). O empreendimento está localizado no bairro Aeroporto, na Zona Sul de Mossoró, próximo ao



Terminal Rodoviário e com acesso facilitado ao centro da cidade por meio da Avenida Felipe Camarão.

Playground

Durante a obra o proprietário não paga a prestação de financiámento, esim juros de obra.

Até 360 meses para pagar.

Parcelas decrescentes.

Desconto nas taxas de cartório e banco.

Isenção de IPTU por determinado período.

Subsidio de até

R\$ 17.960,00

Financiável pelo programa Minha Casa Minha Vida.

Figura 4 – Residencial Celina Guimarães

Fonte: BESERRA & PEREIRA JÚNIOR, 2020.

Em 2013 foi lançado o terceiro módulo do Residencial Celina Guimarães. Diferentemente dos dois primeiros, lançados em 2010 e enquadrados na faixa de renda 2, este último foi incluído na faixa 3, destinada aos beneficiários com rendimentos mais elevados entre as quatro faixas do PMCMV. Considerando que os três módulos apresentam as mesmas características tipológicas, Beserra (2017) indica que, entre 2010 e 2013, pode ter ocorrido um processo de valorização da área onde o residencial foi implantado. Esse processo teria elevado o valor dos imóveis lançados inicialmente e, consequentemente, contribuído para que as unidades do último módulo fossem enquadradas na faixa 3.

Na faixa 3 do PMCMV, a tipologia vertical predomina, representando 73% das unidades, incluindo o módulo 3 do Residencial Celina Guimarães e outros três empreendimentos. As 126 casas restantes, correspondentes a 27% das unidades voltadas ao grupo de maiores rendimentos do programa, estão concentradas em um único residencial, o



Veredas de Mossoró (Figura 5). Este empreendimento dispõe de quadra gramada, piscinas adulto e infantil, playground, espaço gourmet, pomar e jardins. Localizado na divisa entre os bairros Alto do Sumaré e Bom Jesus, o Veredas de Mossoró está, segundo Beserra (2017), efetivamente situado no bairro Alto do Sumaré.

ANCONA ENGINARIA

Figura 5 – Residencial Veredas de Mossoró

Fonte: ANCONA ENGENHARIA, 2023.

Em relação à localização dos imóveis destinados à faixa 3 do PMCMV, observa-se uma característica semelhante à verificada na faixa 2, já que ambos os segmentos concentram seus condomínios próximos a vias de circulação que se conectam às rodovias de acesso à saída de Mossoró, além de estarem ligados aos bairros da região central da cidade. Esses fatores garantem aos moradores maior acessibilidade a serviços e equipamentos de uso coletivo. Por outro lado, os residenciais destinados às famílias de baixa renda, enquadradas nas faixas 1 e 1,5, compartilham entre si perfis espaciais semelhantes, mas localizam-se majoritariamente em áreas periféricas, com infraestrutura urbana limitada, ou, em alguns casos, com unidades situadas além do perímetro urbano.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Minha Casa Minha Vida tem como objetivo fornecer moradia a diferentes segmentos da sociedade brasileira; entretanto, outros direitos fundamentais relacionados à habitação são oferecidos de forma desigual. A faixa de renda dos empreendimentos influencia a distribuição espacial dos beneficiários nas cidades, pois quanto menor o rendimento familiar, maior a distância a ser percorrida até as áreas onde se concentra a maior parte dos equipamentos de uso coletivo

Baseado no que foi desenvolvido neste trabalho, percebemos melhorias e benefícios provenientes da promoção habitacional através do PMCMV. Entretanto, constatamos também a necessidade pela provisão de políticas habitacionais que contemplem, especialmente, a função social proposta, pertinente ao aproveitamento dos benefícios da vida urbana, sem que, para tanto, se comprometa o direito à cidade e à moradia em função dos interesses do mercado imobiliário. Na ausência de mudanças nos moldes operacionais herdados das políticas habitacionais passadas, permanecerá a tendência de reprodução de dinâmicas marcadas por lógicas contraditórias e excludentes, sobretudo por parte do Estado, agente central da promoção habitacional no Brasil.

REFERÊNCIAS

AMORIM, W. V. Residencial Maria Odete de Góis Rosado. [Fotografia]. Mossoró, 2019.

AMORIM, W. V. Residencial Mossoró: registro do entorno. [Fotografía]. Mossoró, 2019.

BESERRA, F. R. S.; PEREIRA JÚNIOR, E. A.. Diferenciação espacial na escala intraurbana: análise dos impactos da indústria da construção civil na cidade de Mossoró. p. 111–132. Disponível Geografares, [S. 1.], v. 1, n. 30, 2020. https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/29258 Acesso em: 18 set. 2025

BESERRA, F. R. S. Diferenciação do espaço e transformações urbanas: expansão da indústria da construção em Mossoró (RN). 2017. 499 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

BRASIL. Lei nº 9.887, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de



- julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF, 7 jul. 2009.
- CARLOS, A. F. A. **Diferenciação socioespacial**. Cidades, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 45-60, 2007.
- CORRÊA, R. L. **Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais**. Cidades, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 61-72, 2007.
- FREITAS, M. F.; MEDEIROS, S. R. F. Q.; CRUZ, F. D. de O. **Dois períodos, mesmo protagonismo? A inserção de Mossoró na agenda estadual de habitação**. In: XIX Enanpur, 2022, Blumenau. Anais do XIX Encontro Nacional da ANPUR. Blumenau: FURB, 2022. v. 1. p. 1.
- G1 RN. Conjunto com 376 casas é ocupado ilegalmente no RN, afirma Caixa. G1 Rio Grande do Norte, 03 fev. 2014. Disponível em: https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2014/02/conjunto-com-376-moradias-e-ocupado-ilegalmente-no-rn-afirma-caixa.html. Acesso em: 18 set. 2025.
- MARICATO, E. T. M. Para entender a crise urbana. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MEDEIROS, S. R. F. Q.; CHAVES, C.; FREITAS, M. F. Um sonho à venda: a comercialização dos imóveis do PMCMV faixa 1. Cadernos Metrópole, 24(55), 1187–1213, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2236-9996.2022-5515. Acesso em: 18 set. 2025.
- MENEZES, C. S. de. A produção habitacional sob a lógica do mercado imobiliário: análise do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Fortaleza. 2016. 164 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.
- OLIVEIRA, J. P. de. O desafio da moradia: a reprodução da habitação popular no espaço urbano de Mossoró (RN) na vigência do Estatuto da Cidade (2001-2011) e suas questões socioespaciais. 2013. 281 f. Tese (Doutorado em Geografia) Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- SILVA, C. F. da. A contextualização do PMCMV em uma cidade média: nova configuração territorial e impacto socioespacial no conjunto Santa Júlia em Mossoró-RN. Revista de Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE. Recife, v. 37, n. 3, p. 381-404, 2020.
- SIQUEIRA, L. S. **Habitação social de mercado e segregação residencial na cidade média de Mossoró/RN**. 2023. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2023.
- SOUSA, M. de. Condomínios fechados em Mossoró/RN: novas formas de moradia e a produção de novas áreas habitacionais. 2010.



SPOSITO, M. E. B. **Segregação socioespacial e centralidade urbana**. In: ______. A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto. p. 61-93. 2016.

TEIXEIRA, V. M. de L.; PEREIRA, C. S. S.; SILVA, C. F. da. Divisão social do espaço e fragmentação socioespacial. Mercator, Fortaleza, v. 21, nov. 2022. ISSN 1984-2201. Disponível em: http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e21015. Acesso em: 18 set. 2025.